

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 22 de agosto de 1985

Mais prazo para estruturação da política econômica

Dívida Externa

Com uma rapidez maior do que se esperava, o Fundo Monetário Internacional (FMI) concordou em enviar um telex ao comitê de bancos credores do Brasil dando o sinal verde para a prorrogação, pelo período de 140 dias, do prazo de vencimento das amortizações da dívida externa e das linhas de crédito comerciais e interbancárias.

Percebe-se que o prazo fixado resultou de uma negociação. Inicialmente, previa-se uma prorrogação por 90 dias a partir de 31 deste mês, vencendo-se o prazo, portanto, em 30 de novembro. Como esse prazo parecia exiguo para a conclusão de um acordo com o FMI, o governo brasileiro solicitou 180 dias, encontrando certa resistência por parte dos bancos credores. Chegou-se a um prazo intermediário de 140 dias, o que significa que os compromissos ficam prorrogados até 20 de janeiro de 1986.

De qualquer forma, foi assegurado ao governo brasileiro um espaço de tempo suficiente para estruturar a política econômica para o próximo ano, já tendo sido votado pelo Congresso Nacional o

orçamento da União, estabelecido um plano a mais longo prazo para as empresas estatais e fixadas as metas para a condução da política monetária. Assim, o governo Sarney poderá assumir compromissos internacionais, que estará apto a cumprir, decorridos praticamente dez meses de sua administração, período que será basicamente dedicado a arrumar a casa.

Alguns argumentam que seria preferível que as autoridades brasileiras assinassem, o quanto antes, um acordo com o Fundo, o que permitiria eliminar as incertezas existentes quanto aos rumos do desenvolvimento do País na moldura dos próximos três ou quatro anos, presumindo que o País realizasse ainda em 1985 uma renegociação em profundidade da dívida externa junto aos bancos internacionais.

Esses argumentos não são, de todo, improcedentes. Mas, como já assinalamos nestas colunas, o novo governo brasileiro não poderia, nos primeiros meses de seu mandato, tendo encontrado a economia em estado caótico, assumir compromissos, em bases firmes,

com o Fundo. Se assim o fizesse, o País tenderia a retornar ao círculo vicioso de cartas de intenções e "waivers" que caracterizou as relações do governo anterior com aquela instituição internacional. Tornou-se aconselhável, portanto, o adiamento das negociações através de um "shadow agreement", que, como se comprovou, não era unicamente do interesse do Brasil mas também dos bancos credores e do próprio FMI, que dá mostras de desejar aplaínar o seu relacionamento com os países devedores da América Latina.

Deve-se acrescentar que a boa situação cambial do Brasil tudo facilita, evitando um confronto com o FMI, de cuja existência duvidamos há algumas semanas, com base em argumentos puramente racionais, divergindo da opinião predominante na imprensa nacional e internacional.

De fato, tendo condições de fazer o pagamento integral dos juros devidos e manter uma boa posição de reservas, o País pode prescindir neste ano dos recursos que ingressariam através do crédito "stand by" do FMI. E claro

que as circunstâncias poderão mudar e que o País poderá ver-se prejudicado por uma queda brusca em suas receitas de exportação. Mas, até o fim do ano, as autoridades poderão ter uma idéia melhor sobre o que esperar em 1986 e, principalmente, articular uma política que permita combinar melhor a austeridade e o combate à inflação com as metas de crescimento econômico e atenuação das disparidades sociais.

Não nutrimos a ilusão de que as negociações com o FMI serão fáceis, mas é apenas dever de justiça reconhecer a compreensão que o Fundo demonstrou quanto à complexidade da situação brasileira neste momento. Não serão igualmente fáceis as negociações com os bancos internacionais. O governo está na obrigação de procurar obter as melhores condições possíveis e tem consciência da necessidade de manter a economia em expansão moderada — e certamente surgirão obstáculos. Este será o quadro das conversações que serão mantidas nos próximos meses, mas acreditamos que não há motivo algum, nesta altura, para sermos pessimistas.